



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LINHA EDITORIAL.....	9
-------------------------------------	---

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Acesso participativo à justiça em matéria ambiental e o princípio da proibição de retrocesso <i>The participatory access to justice in environmental matters and the standstill principle</i> ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA.....	19
---	----

Legislação ambiental e a sustentabilidade: considerações sobre a regulamentação dos serviços ambientais <i>Environmental legislation and sustainability: considerations on the regulation of environmental services</i> FÁBIO NAVARRO MANFREDINI	49
--	----

O princípio da precaução e as cidades <i>The precautionary principle and the cities</i> ALAN FELIPE PROVIN.....	73
---	----

A dimensão ecológica dos direitos humanos à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável na sociedade da informação: o Objetivo 11 e a Nova Agenda Urbana <i>The ecological dimension of human rights in the light of the sustainable development goals in the information society: the Goal 11 and the New Urban Agenda</i> RENAN ESCHILETTI MACHADO GUIMARÃES e RICARDO LIBEL WALDMAN	91
---	----



O princípio do usuário pagador e a gestão pública dos direitos difusos e coletivos

The principle of the paying user and the public management of dif-fused and collective rights

DANIELA MARINHO MORGANTI 127

AMBIENTAL – CONSTITUCIONAL

O direito dos refugiados ambientais à luz da Constituição

The right of environmental refugees according to the Constitution

CHEILA DA SILVA e ANDRÉIA SAUTNER 141

AMBIENTAL – CIVIL

Passivo ambiental e a sua quantificação monetária

Environmental liability and monetary quantification

CRISTIANE BORTOLUZZI CORINO, PAULO ROBERTO JAQUES DILL e JOSÉ SALES MARIANO DA ROCHA 161

AMBIENTAL – PROCESSO CIVIL

Inibir para socorrer: conhecimentos tradicionais e proteção na tutela inibitória

Inhibit to help: traditional knowledge and protection in the inhibitory tutelage

BRUNO SMOLAREK DIAS e VIRGÍNIA TELLES SCHIAVO WRUBEL 193

AMBIENTAL – ADMINISTRATIVO

A dicotomia entre o Estado que empreende e o Estado que fiscaliza: o caso Belo Monte

The dichotomy between the entrepreneurial state and inspection is-sues: the Belo Monte case

ALESSANDRA CAVALCANTE SCHERMA SCHURIG e JÚLIO CÉSAR DE SÁ ROCHA 213

BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

- A releitura ecológica da política de água: bacia hidrográfica e sua relevância jurídica
The ecological release of water policy: hydrographic basin and its legal relevance
JOSÉ RUBENS MORATO LEITE, JOSÉ IRIVALDO ALVES OLIVEIRA SILVA e BELINDA PEREIRA DA CUNHA 239
- Pulverização atmosférica de aerossóis (geoengenharia) e o direito: trabalhando com o princípio da precaução
Spraying of atmospheric aerosols (geoengineering) and the law: working with the precautionary principle
WILSON ENGELMANN e CRISTINE PINTO MACHADO 271
- Da sanção punitiva à premial nos resíduos agrícolas
From punitive sanitation to premium in agricultural residues
CAROLINA RODRIGUES SANTOS e JULIANE ALTMANN BERWIG 307
- Panorama do arcabouço legal das águas subterrâneas do Brasil
Legal framework of groundwater in Brazil
LUCIANA CORDEIRO DE SOUZA FERNANDES 339
- Reforma agrária e sustentabilidade na Amazônia: uma análise sobre os assentamentos ambientalmente diferenciados
Land Reform and Sustainability in the Amazon: an analysis of environmentally differentiated settlements
ANA LUISA SANTOS ROCHA e ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA 379

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

- Regime jurídico do dano ambiental individual no Brasil e na Argentina
Legal framework of personal environmental damage in Brazil and Argentina
MARCELO KOKKE e ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO 401

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Comentário à Súmula 623 do STJ ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA.....	439
---	-----

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<p> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Alteração da área de unidades de conservação por medida provisória – Inadmissibilidade – Alterações promovidas na lei que importam diminuição da proteção dos ecossistemas abrangidos pelas unidades de conservação – Ofensa ao princípio da proibição de retrocesso socioambiental que se evidencia. Comentário por PATRYCK DE ARAÚJO AYALA </p>	459
--	-----

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<p> AMBIENTAL – Área de preservação permanente – Construção em zona urbana na margem de rio – Incidência do Código Florestal em detrimento da Lei de Parcelamento do Solo Urbano – Admissibilidade – Antinomia apenas aparente entre as normas, tendo em vista que uma delas estabelece uma proteção mínima e a outra, mais específica, intensificando o mínimo protetivo ao ambiente – Impossibilidade, ademais, de se assegurar o equilíbrio ecológico diminuindo o perímetro da área de preservação. Comentário por PATRYCK DE ARAÚJO AYALA </p>	463
---	-----

<p> MANDADO DE SEGURANÇA – Transporte e comércio irregular de madeira – Suspensão do lacre do estabelecimento e da aplicação de multa – Inadmissibilidade – Risco eminente à ordem pública ambiental em razão do desmatamento ilegal – Aplicação dos princípios da prevenção e da precaução que se impõe. Comentário por PATRYCK DE ARAÚJO AYALA </p>	466
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	473
--	-----